

HISTORIAS DA NOSSA TERRA: SOBRE O PROJETO CÍVICO DE CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA POR MEIO DO IMPRESSO

HISTORIES OF OUR COUNTRY: ON THE CIVIC BRAZILIAN NATION CONSTRUCTION PROJECT THROUGH PRINT

*HISTORIAS DE NUESTRA TIERRA: SOBRE EL PROYECTO CÍVICO DE CONSTRUCCIÓN
DE LA NACIÓN BRASILEÑA A TRAVÉS DE LA IMPRESIÓN*

Márcia Cabral da Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: marciacs.uerj@gmail.com

Resumo: Este artigo apresenta um recorte de um estudo sobre livros escolares de leitura em circulação no Brasil nas primeiras décadas do período republicano. De modo específico, examinou-se o livro *Historias da nossa terra*, escrito por Julia Lopes de Almeida e publicado originalmente em 1907. O estudo orientou-se pela seguinte questão: de que modo *Historias da nossa terra* e inseriu na morfologia dos livros escolares de leitura, cuja materialidade e conteúdo veicularam um padrão cívico e patriótico referido à nação brasileira republicana? A fundamentação teórica ancorou-se em estudos da história da educação e da história cultural. O livro se alinhou aos livros escolares do período e contribuiu para a construção da nação brasileira por meio do impresso.

Palavras-chave: história da educação; Julia Lopes de Almeida; padrão cívico e patriótico.

Abstract: This article presents an excerpt from a study on reading schoolbooks, circulating in Brazil in the first decades of the republican period. Specifically, Julia Lopes de Almeida's *Historias da nossa terra*, initially published in 1907. A question has guided the study: how *Historias da nossa terra* took part of the morphology of reading schoolbooks, whose materiality and content conveyed a civic and patriotic pattern referred to the republican Brazilian nation? The theoretical ground can be found in studies of history of education and cultural history. The book was aligned with schoolbooks of the period and contributed to the construction of the Brazilian nation through print.

Keywords: history of education; Julia Lopes de Almeida; civic and patriotic pattern.

Resumen: Este artículo presenta un extracto de un estudio sobre libros de lectura escolares en circulación en Brasil en las primeras décadas del período republicano. Específicamente, se examinó el libro *Historias da nossa terra*, escrito por Julia Lopes de Almeida y publicado originalmente en 1907. El estudio se guió por la siguiente pregunta: ¿cómo se insertó *Historias da nossa terra* en la morfología de los libros de lectura escolares cuya materialidad y contenido transmitían un patrón cívico y patriótico referido a la nación republicana brasileña? Los fundamentos teóricos se basaron en los estudios de la historia de la educación y la historia cultural. El libro se alineó con los libros escolares de la época y contribuyó a la construcción de la nación brasileña a través de la impresión.

Palabras clave: historia de la educación; Julia Lopes de Almeida; patrón cívico y patriótico.

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX observou-se interesse crescente em torno de livros escolares de leitura tratados tanto como fonte quanto como objeto de investigação no âmbito da pesquisa histórica. Conforme a historiografia da cultura escrita e escolar, os primeiros investimentos nessa direção puderam ser localizados na Alemanha, coordenados pelo historiador Georg Eckert, no fim da Segunda Guerra Mundial, tendo continuidade atualmente no George-Eckert-Institut für Internationale Schulbuchforschung – Instituto Georg Eckert para a pesquisa internacional sobre livros escolares. No entanto, a investigação não se restringiu à Alemanha, posto que investigadores de outras nacionalidades se interessaram pelo tema, ampliando enfoques, metodologias e instrumentos de pesquisa em relação ao estudo. A criação de centros, cuja base de dados disponibiliza fontes as mais diversas sobre manuais e livros escolares, é apontada como importante contribuição nessa direção. Podem-se citar esforços derivados de sistematizações localizadas em EMMANUELLE (Banque de Donnés Emmanuelle – Institut National de Recherche Pédagogique), na França, fundada nas décadas seguintes, e dirigido por Alain Choppin, a espanhola MANES (Centro de Investigación MANES –Manuales Escolares), do Programa HISTELEA (Historia Social de la Enseñanza de la Lectura y la Escrita en Argentina), da brasileira LIVRES (Banco de dados de Livros Escolares Brasileiros), que teve início em 1994, vinculado ao Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP)¹.

Como se pode notar no destaque à base de dados LIVRES, na América Latina e no Brasil em particular, os historiadores sociais e os historiadores da educação acercaram-se desse tipo de pesquisa, que tem facultado abordagens múltiplas, com ênfase nas culturas escolares, nas culturas escritas, nos sistemas e métodos de ensino, nos currículos, nas práticas de leitura, entre outras. Em decorrência de um investimento mais amplo no estudo desse tipo de objeto cultural, tem sido possível ampliar enfoques, métodos e instrumentos de investigação.

No caso do Brasil, pesquisas na área se avolumam e indicam esforços, inclusive no sentido de se estabelecer uma morfologia mais precisa em relação aos livros escolares de leitura (Batista, Galvão, & Klinke, 2002), uma vez que nas pesquisas historiográficas se observa acentuada oscilação em relação à nomenclatura – manual pedagógico, livro didático, livro escolar, livro infantil, série graduada de leitura, livro de leitura, livro escolar de leitura -, provavelmente por se tratar de uma fonte relativamente recente nos estudos históricos, pela natureza descartável desse tipo de material escolar ou mesmo pela diversidade de abordagens que permite, como mostram as pesquisas a esse respeito desenvolvidas por Alain Choppin (2002, 2004) e Agustín Escolano (2012). A natureza múltipla das

¹ Conferir o mapeamento, entre outros estudos, em Pimenta e Somoza (2012).

abordagens em relação a esse objeto e fonte pode ser percebida em artigos, trabalhos e livros que se ocupam do tema. Com vistas a ilustrar melhor o argumento, notem-se as ocorrências de termos relativos a livros escolares localizadas em três diferentes eixos no âmbito do VIII Congresso Brasileiro de História da Educação: matrizes interpretativas e internacionalização², que ocorreu na Universidade Estadual de Maringá de 29 de junho a 2 de julho de 2015. O eixo 3 - Fontes e Métodos em História da Educação - registra mais de uma ocorrência – manual pedagógico, livro didático, livro escolar; o eixo 6 - História das Culturas e Disciplinas Escolares – veicula por sua vez outras ocorrências – livros de leitura, livros didáticos; o eixo 10 - Patrimônio Educativo e Cultura Material Escolar - por outro lado, comporta as variantes livros infantis, livros didáticos e séries graduadas de leitura. Dessa perspectiva infere-se que o estudo sobre livro escolar de leitura poderia se relacionar tanto com fontes e métodos quanto com a história das culturas escolares, patrimônio educativo ou cultura material escolar, o que demonstra, em parte, as múltiplas interfaces do objeto a ser examinado.

Na primeira seção deste estudo, examinamos o modo como a escritora Julia Lopes de Almeida mobiliza os símbolos nacionais e as representações sociais associadas à maternidade e à paternidade em *Historias da nossa terra*, com vistas a introduzir tópicos relativos à identidade nacional e à reconfiguração da nação brasileira, segundo o ideário das primeiras décadas do período republicano. Na segunda seção, demonstramos como o modelo narrativo que tematiza as viagens através do Brasil busca afirmar a noção de identidade nacional e, por derivação, o sentimento cívico e patriótico que faculta uma fisionomia singular em relação à República brasileira. Nas considerações finais, retomamos a ideia de projeto escriturário protagonizado por Julia Lopes de Almeida e o destaque desse livro de leitura escolar no âmbito de seu projeto.

É um bom livrinho este, em que Julia Lopes de Almeida nos conta ‘Historias da nossa terra’. ‘Nos conta’ é um modo de dizer porque, a falar a verdade, o livro não se destina a crianças que tenham mais de vinte anos, o que não quer dizer que não encante e delicie quarentões e até macrobios (O Paiz, 1907, p. 2, grifo do autor).

² A Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) foi criada em 1999 e reúne professores e pesquisadores brasileiros que desenvolvem atividades de ensino e de pesquisa na área. Os Congressos Brasileiros de História da Educação ocorrem bianualmente desde 2000 e se encontra, em 2019, na Xª edição. O cotejo foi realizado a partir dos trabalhos publicados nos Anais do Congresso e disponível na página da Sociedade Brasileira de História da Educação [SBHE] (2020).

PANTEÕES CÍVICOS DA REPÚBLICA BRASILEIRA EM *HISTORIAS DA NOSSA TERRA*³

No dia 12 de junho de 1907, o jornal *O Paiz*, fundado pelo português João José dos Reis Júnior, em 1884, e de ampla circulação no então Distrito Federal⁴, anunciava o livro de *D. Julia* na coluna intitulada ‘Palestra’, veiculada na segunda página do conhecido periódico. ‘Palestra’ não era uma coluna qualquer; ali se discorria, dentre outros assuntos, sobre novidades editoriais, ressaltando-se as qualidades gráficas da obra, o conteúdo e, como não poderia deixar de ser, indicava-se também o público previsto. *Historias da nossa terra* era, então, a novidade do dia. Novidade do ponto de vista editorial, mas não da produção de Julia Lopes de Almeida, escritora conhecida pelos leitores por uma vasta gama de títulos⁵. Na sociedade letrada do período, ela costumava ser apresentada como esposa do então acadêmico Filinto Almeida e perfeita mãe de família. No entanto, conforme registrado em livros de referência e estudos sobre a escritora (Schumacher & Brasil, 2000; Muzart, 2015; Stasio, Faedrich, & Ribeiro, 2016), ela escrevia contos, romances, crônicas, conferências e livros escolares. Do ponto de vista das ideias, a autora defendia a abolição da escravatura, a relativa autonomia das mulheres para os padrões da época, o voto feminino, a abertura de escolas, a melhoria na administração pública e o acesso da população às bibliotecas públicas. Como se lê

E mais, muito mais gente, iria a essa casa fazer leituras que não pode se fazer na sua, se a Biblioteca estivesse aberta até as nove ou dez horas da noite; mas fecha-se às quatro! Eu não sei nem me importa saber o regime porque se mantém as outras bibliotecas públicas do mundo. Cada terra tem seu uso. Na nossa há muitas classes que só à noite podem ter vagar para leituras e para estudo. Os empregados do comércio, rapazes sem lar, sem conforto que lhes proporcione à noite uma hora para ler em paz, só na Biblioteca poderiam dar

³ Neste estudo utilizamos a 6ª edição, revista e atualizada, de 1911, publicada pela Livraria Editores Francisco Alves & Cia; Aillaud Alves & Cia. (Paris e Lisboa). Todas as citações, portanto, são extraídas dessa edição.

⁴ *O Paiz*, jornal carioca, foi fundado em 1º de outubro de 1884 por João José Reis Júnior – Conde São Salvador de Matosinhos. Intitulando-se um jornal ‘independente, político, literário e noticioso’, *O Paiz* enfatizava sua autonomia em relação a grupos específicos, ideário que, na visão dos articulistas, permitiria sua imparcialidade. Definia-se, ainda, como jornal republicano, destacando-se, nos últimos anos da Monarquia, nas campanhas abolicionistas. Cf: Silva e Pinto (2018) e Barbosa (2010).

⁵ Julia Valentim da Silveira Lopes de Almeida (Rio de Janeiro, 1862-1934), em 1911, como se lê na folha seguinte à falsa folha de rosto da obra consultada para fins deste estudo (6ª ed. revista e atualizada de 1911), já havia publicado *Traços e iluminuras* (1887) (contos); *A família Medeiros* (1892) (romance de costumes); *Memórias de Martha* (1899) (narrativas e contos); *A viúva Simões* (1897) (romance); *Livro das noivas* (1896) (noções práticas da vida doméstica); *Ansia eterna* (1903) (contos); *Livro das donas e donzelas* (1906) (crônicas); *A falência* (1902) (romance). De colaboração: *Contos infantis* (1886) contos em prosa e versos adotados para uso das escolas primárias do Distrito Federal, e dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Pará, com sua irmã Adelina Lopes Vieira.

ao seu espírito o alimento que ele lhes suplica e cultivá-lo sem sacrifício. O sr. Ministro do Interior tem de resolver esse problema o quanto antes: já que temos uma biblioteca pública, é forçoso que ela sirva ao público, sem exceção (Almeida apud Stasio et al., 2016, p.143)⁶.

Não obstante a ampla inserção na esfera pública, Julia Lopes de Almeida era representada, antes de tudo, como esposa e mãe. Fato é que, segundo a crítica literária do período, ela deveria ser lembrada principalmente pelos manuais e livros endereçados às mães de família e donzelas, caso do *Livro das noivas*⁷, apreciado pelo crítico e acadêmico Lucio de Mendonça nas páginas do *Almanaque Brasileiro* de 1897⁸.

No que diz respeito a *Historias da nossa terra*, como se tratava de obra escolar, tinha sido editada naquele mesmo ano, 1907, pela Francisco Alves & Cia. (Rio de Janeiro) e Aillaud Alves & Cia (Paris e Lisboa). Se, por um lado, a materialidade da obra a par do conteúdo parecia destiná-la a um público escolar; por outro, a requisição de 77 exemplares das histórias ao Sr. Francisco Alves, pelo almoxarifado das escolas primárias de letras em abril de 1915, atestava que o livro circulou por várias escolas, ao menos por aquelas situadas no âmbito do Distrito Federal⁹.

Ademais, a livraria editora Francisco Alves, desde o final do século XIX, apostara neste segmento editorial -o de livros didáticos-¹⁰ e, como esclarecem estudiosos no âmbito da história editorial no Brasil (Hallewell, 2012; Bragança, 2000), ser editado por Francisco Alves consistia em vantagem, pois, pela legitimidade da casa editorial dirigida por ele no campo dos livros voltados ao público escolarizado, possibilitaria a adoção nas escolas primárias do período.

Na epígrafe a esta seção, já se nota o endereçamento especial da obra a crianças “[...] o livro não se destina a crianças que tenham mais de vinte anos [...]”, sem, contudo, excluir pessoas de todas as idades que se dispusessem a ouvir as

⁶ Trata-se de uma crônica, veiculada no jornal *O Paiz*, em 15 de novembro de 1910, na qual a autora discute as novas instalações e funcionamento da Biblioteca Nacional na coluna ‘Dois dedos de prosa’. Os pesquisadores selecionaram 40 crônicas publicadas no período entre 1908 a 1912.

⁷ Conferir também a esse respeito o estudo desenvolvido por Magaldi (2007) no qual a autora examina o assunto em detalhes.

⁸ Trata-se do artigo ‘As três Julias’, no qual o acadêmico Lucio de Mendonça comenta a produção de três escritoras do período: Julia Lopes de Almeida, Francisca Julia da Silva e Julia Cortines. Ao final do texto, ele lamenta que, na fundação da Academia de Letras em 1897, Valentim Magalhães, Filinto Almeida e ele próprio fossem favoráveis à admissão de mulheres na instituição. No entanto, a ideia fora combatida pelo grupo majoritário da instituição. Conferir em Mendonça (1897).

⁹ Conferir a este respeito: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (2018).

¹⁰ A firma havia crescido a partir de meados de 1890 e parece ter detido quase o monopólio do campo do livro didático no Brasil. Em parte, esse monopólio deve-se à prática de grandes tiragens, que poderia baratear os preços, assim como a aquisição de firmas rivais. Foi editor de Francisco Vianna, João Ribeiro, Joaquim Maria de Lacerda, Júlio Ribeiro, Maximino Maciel, Tomás Galhardo, Ramiz Galvão, Afrânio Peixoto, Júlia Lopes de Almeida, entre outros. Conferir: Hallewell (2012).

histórias da nossa terra, contadas na “[...] prosa cristalina e pura [...]” da autora de *Ancia eterna* (1903). Artur Azevedo (A.A.), jornalista e teatrólogo¹¹, era quem assinava a coluna ‘Palestra’ e, por conseguinte, a crítica favorável à obra. Com vistas a conferir maior credibilidade às recomendações, transcrevia o primeiro ‘conto’, *A nossa bandeira*, porta de entrada ao volume escrito em uma tonalidade a um só tempo maternal, cívica e patriótica.

Tratava-se de um livro escolar de leitura, contendo 223 páginas e composto por diferentes gêneros discursivos, tais como exercícios de composição, contos exemplares e cartas. O livro era dedicado aos filhos de Julia Lopes de Almeida, o que permite alinhá-lo aos livros escolares escritos, segundo uma moderna pedagogia maternal (Gomes, 2016)¹², em outras palavras, segundo uma retórica marcada pelos conselhos, advertências e lições de moral. Estilo evidenciado não apenas na folha onde se registra a dedicatória: “a meus filhos”. O tom retórico da relação materna e paterna podia ser notado também no conteúdo das composições, como em *Minha mãe* e *Meu pai*, capítulos inseridos na parte introdutória da obra. *Minha mãe* consistia em uma composição extraída do caderno do personagem Henrique. Ele não economizava elogios na descrição da figura materna: pronta para auxiliar o filho em todas as situações - dia e noite - orientar, aconselhar a compreender os mestres e a respeitá-los. Como único horizonte possível, a mãe desejava o bem-estar e o futuro grandioso dos filhos. Advertir, aconselhar e perdoar eram, então, as ações esperadas de uma mãe exemplar descritas nas páginas daquele livro de leitura escolar. Em relação ao pai, segunda chave da célula familiar ali descrita, apontava-se, a bem da verdade, para o mito do herói. Fosse forte ou combalido deveria dirigir-se sempre ao trabalho fora de casa. De modo que os filhos jamais passassem necessidades, labutaria desde a manhã até o anoitecer. Em uma palavra, erigia-se a representação do provedor da família e, por extensão, da nação, a ser construída pelo ideário republicano das primeiras décadas; pai, provedor e herói, uma vez ser capaz de até mesmo morrer para poupar a vida dos filhos.

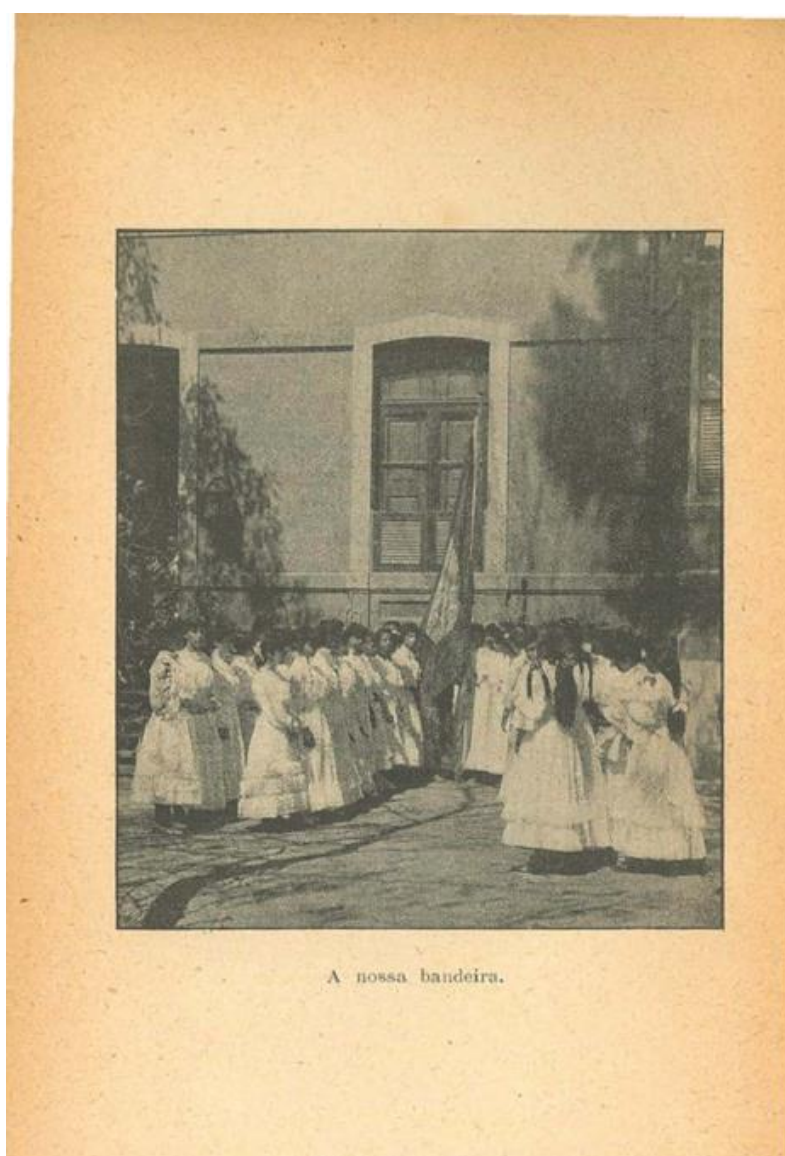
Do ponto de vista material, o livro é fartamente ilustrado por fotografias, nas quais se observam elementos constituintes da cultura escolar daquele tempo, além de paisagens, efemérides, e monumentos comemorativos, os quais facultavam o tom acertado para a obra¹³. Uma fotografia composta predominantemente por

¹¹ Artur Azevedo (Artur Nabantino Gonçalves de Azevedo), (1855-1908) colaborou ao lado do irmão Aluísio de Azevedo com o grupo fundador da Academia Brasileira de Letras, criando a cadeira n. 29, que tem como patrono Martins Pena. Exerceu o magistério, mas foi como cronista e teatrólogo que logrou destaque no campo das letras (Artur Azevedo: biografia, 2020).

¹² No estudo dedicado a intelectual portuguesa Ana de Castro Osório, Angela de Castro Gomes estabelece esse conceito para se referir ao projeto intelectual da autora na produção de livros infantis em Portugal e no Brasil. Percebemos semelhanças entre os projetos de ambas as intelectuais, o que nos motivou a adotar o conceito para o caso de Julia Lopes de Almeida. Conferir em Gomes (2016).

¹³ Sobre cultura escolar, apoiamo-nos, principalmente, em Julia (2001), Chervel (1998), Forquin (1992) e Vinão Frago (1995).

meninas uniformizadas em roupa de festa e perfiladas ao lado da bandeira nacional precedia o primeiro texto: *A nossa bandeira*. No fundo, há o destaque para a arquitetura do prédio que nos remete aos grandes edifícios escolares, sobretudo pelas dimensões avantajadas da parede frontal, da porta e das janelas, conforme a figura 1 apresentada abaixo.



Fotografia 1- A nossa bandeira.
Fonte: Almeida (1911).

No que diz respeito ao estilo da narrativa, não se tratava exatamente de um conto. Mais acertado seria defini-lo como um exercício de composição, dispositivo didático utilizado nos livros escolares do período examinado, cuja principal característica estilística se baseava na descrição minuciosa dos fatos históricos e no uso abundante de adjetivos, que lhes forneciam características a um só tempo

ufanistas e nacionalistas. Necessário, portanto, não perder de vista esse tipo de morfologia dos livros de leitura escolares do primeiro período republicano. É possível identificá-la, para ficarmos em dois exemplos, em *Cuore*, do italiano Edmundo de Amicis, editado originalmente em 1886, e traduzido em língua portuguesa *Coração* (Amicis, 1954), por João Ribeiro em 1891 e em *Através do Brasil*¹⁴, lançado por Manoel Bomfim e Olavo Bilac em 1910. Ambos os livros foram também publicados pela livraria e editora Francisco Alves, notadamente por sua natureza escolar. *Coração* é escrito em forma de diário, onde se narra a vida escolar de Enrico, no período pós-unificação da Itália e cuja temática central visava educar os jovens a partir de exemplos de virtude e coragem, mobilizando valores morais e patrióticos¹⁵. *Através do Brasil*, por sua vez, foi projetado como um livro de leitura endereçado às escolas primárias o qual, além de transmitir conteúdos de natureza enciclopédica, pressupunha um conjunto de valores de natureza formativa em consonância com o ideário nacionalista e civilizatório da primeira década republicana no país.

Contudo, apenas *Historias da nossa terra* era avaliado positivamente pelo historiador Manoel Curvello de Mendonça¹⁶ em 1907, quando do seu lançamento. Tratava-se, segundo sua visão, de um documento dos estudos pedagógicos sobre o Brasil, por meio do qual a professora poderia transmitir bons gestos de patriotismo os quais a obra italiana estava longe de facultar aos pequenos leitores brasileiros.

Quantas explicações a professora solícita pode ministrar a proposito de phrases que as despertam e indicam? Eis ahi a melhor virtude pedagógica dos compendios de leitura. As escolas italianas estremeçeram de jubilo e amor, em face desse amantíssimo ‘Coração’ de Edmundo Amicis, que nós outros traduzimos e aproveitámos em falta de trabalho nacional semelhante. Pois bem. As ‘Historias da Nossa Terra’ preenchem essa lacuna, vibrando a nota patriótica que o livro estrangeiro não podia dar (O Paiz, 1907, coluna 1, grifo do autor).

Julia Lopes de Almeida, apesar de romancista e contista de livros destinados ao público leitor adulto, conhecia o campo dos livros de leitura escolares, assim como os livros de ficção endereçados a crianças. Devemos lembrar do fato de ela ter

¹⁴ Botelho (2002) indica que o livro contou com sucessivas edições, 66, e foi utilizado por mais de 50 anos nas escolas brasileiras. Neste estudo, utilizamos a 22ª edição revista de 1931 (Bilac & Bomfim, 1931).

¹⁵ Conforme os estudos de Bastos (2008), o livro teve ampla circulação, registrando-se traduções em 25 idiomas, adaptações para a televisão e o rádio italianos.

¹⁶ Manoel Curvello de Mendonça (1870-1914), historiador, cujo trabalho de referência é *Sergipe republicano: estudo crítico e histórico* sobre debates de ciência e política. Cf: Blake (1883-1902).

escrito *Contos infantis* em coautoria com sua irmã, Adelina Lopes Vieira, em 1886¹⁷, cuja circulação nas escolas do Distrito Federal era também expressiva: 102 exemplares encomendados ao senhor Francisco Alves, pelo almoxarifado das escolas primárias de letras em 1915 não era pouca coisa¹⁸. Mas, apesar de ter escrito livros de ficção para crianças, disputava sua inserção nesse campo, em conformação no Brasil, com outros mediadores culturais e produtores de bens simbólicos (Sirinelli, 2003) nas primeiras décadas do período republicano, conforme se pode verificar em pesquisa sobre o assunto (Silva & Pinto, 2018). De tal modo, importa localizar *Historias da nossa terra* (1907) entre a tradição da obra italiana em circulação no Brasil desde 1891 e a permanência desse estilo de texto identificado nas aventuras criadas por Bomfim e Bilac, publicadas em 1910.

Ainda sobre o texto *A bandeira*, convém assinalar que os quatro símbolos oficiais da República Federativa do Brasil são a bandeira nacional, o hino nacional, o brasão da república e o selo nacional¹⁹. Na parte inicial da obra, *D. Julia* almejava fazer vibrar o coração dos leitores mediante a exaltação de dois desses símbolos: ‘a bandeira’ – na primeira imagem e na descrição do conteúdo – e ‘o brasão’ da república – na imagem final da composição. Ao longo da narrativa, ela ressaltava as cores singularizantes da bandeira -verde, azul, amarela- relacionando-as à natureza e ao universo. Estratégia discursiva bem acertada no âmbito de seu projeto, visto que, por intermédio do tom laudatório utilizado por ela, convocaria os filhos do Sul e do Norte a se orgulharem do sentimento de identidade nacional advindo dos símbolos pátrios que os uniam, notadamente diante de outros povos.

A nossa bandeira é como um pallio confraternizador sobre a cabeça de todos os brasileiros. Unamo-nos para honral-a na sua grandeza e para que ella seja sempre para nós, além do symbollo da Patria, o symbolo do Bem, da Razão, da Justiça (Almeida, 1911, p.8).

Conforme se lê no excerto, a bandeira nacional é definida pela escritora como manto largo e confraternizador lançado sobre a cabeça de todos os brasileiros, de norte a sul do país. De um símbolo nacional, espera-se exatamente tal poder de produzir determinados efeitos: a faculdade de traduzir o imaginário coletivo; a capacidade de fomentar os sentimentos cívicos de uma nação. E a bandeira nacional, *pallio confraternizador*, parece ter funcionado de maneira adequada naquele contexto.

¹⁷ Conferir a esse respeito estudo desenvolvido por Vidal (2004), no qual a autora analisa o livro. Além desse exame, Vidal (2005) desenvolve estudo no qual estabelece aproximações e distinções entre *Contos infantis* e *La comédie enfantine*, de autoria de Luiz Ratisbone.

¹⁸ Conferir a esse respeito: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (2018).

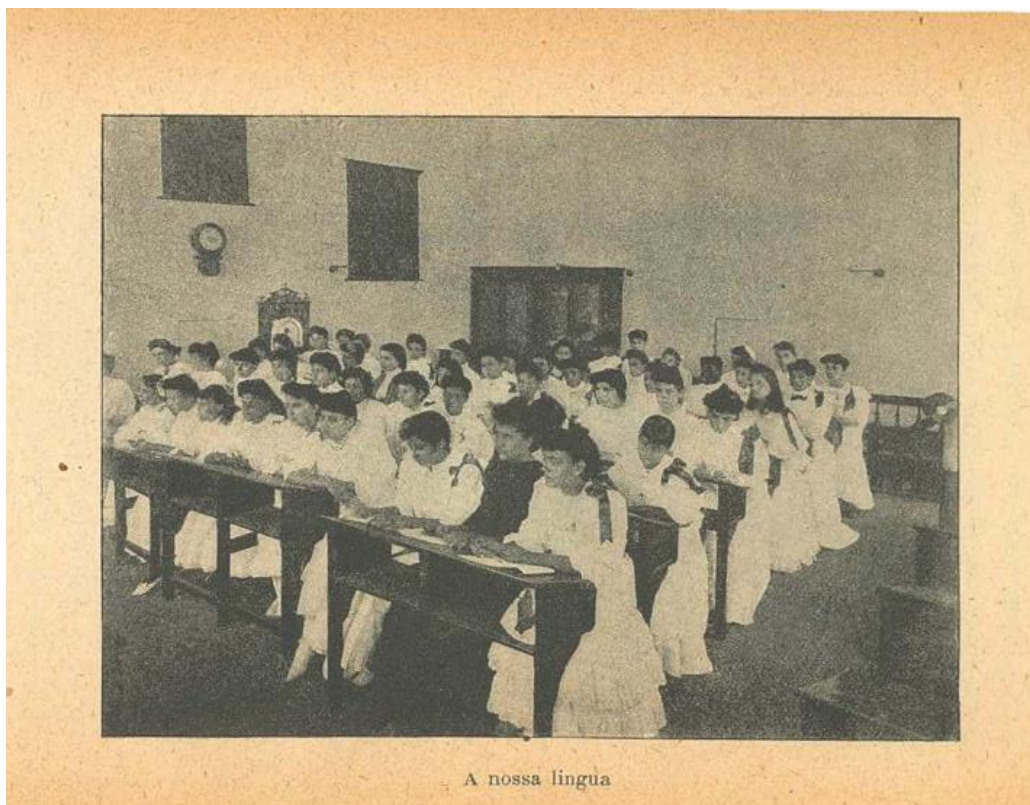
¹⁹ Conferir, entre outros estudos, Carvalho (1990). No estudo, o historiador mostra como monumentos erguidos em praça pública, bandeiras e hinos nacionais auxiliam a decifrar a mitologia e simbologia de um sistema político.

O livro registraria outra composição com teor semelhante: *A nossa língua*, tendo como pano de fundo, por um lado, a escola; por outro, mestres e alunos. O exercício de composição, dessa vez, era precedido da fotografia de uma classe mista, com alunos uniformizados, com sala ampla, mobiliada com mesas escolares geminadas, com um relógio na parede, com um armário e mapas. Esse era o cenário ideal montado para que um personagem representado como velho, mestre do mestre, discorresse sobre os valores da língua materna. No enunciado descrevia-se a língua como o elemento de maior caracterização da pátria. Deveria, a bem da verdade, ser melhor conhecida por todos que a utilizam, visto constituir, segundo aquele ideário, a subjetividade, a identidade e a tradição do povo brasileiro. Sublinhavam-se, por outro ângulo, as dimensões da raça e da nacionalidade de um povo veiculadas pela língua. Em síntese, importava ressaltar no livro escolar de leitura *Historias da nossa terra* que língua e pátria consistissem em noções equivalentes. E não somente por essas razões o povo brasileiro deveria sentir extremo orgulho pela língua nacional. Haveria, acima de tudo, a perfeição - traço singular que nenhuma outra língua traria. “De sonoridade variadíssima, opulenta nos seus vocábulos, maleável como cera ou dura como diamante, a língua portuguesa é a mais bela expressão da inteligência humana” (Almeida, 1911, p. 13).

A escrita da história relacionada ao Brasil republicano esteve ancorada, notadamente nesse período, no projeto de produção de certa memória, capaz de conferir identidade original ao Estado brasileiro. Não obstante a narrativa de *D. Julia* erigir a República como um novo regime, que produzia símbolos cívicos e patrióticos, o tema do nacional já fora amplamente mobilizado no Império brasileiro, assim como o da própria formação da nação²⁰.

No entanto, tenha-se em conta que, assim como a bandeira nacional, a língua materna era redefinida naquela narrativa como panteão cívico da República brasileira. Concordamos com Anderson (2008), quando adverte sobre as políticas de construção da nação dos novos Estados, aludindo para o fato de ter sido necessário se forjar um tipo de ideologia nacionalista pelos meios de comunicação de massa, pelo sistema educacional. Esse era o tom da abertura da obra adotado pela hábil pena de Julia Lopes de Almeida, conforme a simbologia da fotografia 2 apresentada a seguir.

²⁰ Conferir a esse respeito, entre outros, o estudo de Guimarães (2011). O exame mostra como a escrita da história participou do processo de afirmação do Estado nacional e de construção da nação. Nesses termos o conhecimento histórico é desnaturalizado e instituído como construção nacional.



Fotografia 2 – A nossa língua.

Fonte: Almeida (2011).

Lidos os dois textos introdutórios sobre símbolo e identidade nacionais - bandeira e língua - e observada a célula da família nuclear brasileira, podia-se, então, conhecer o território brasileiro. Havia mais elementos a serem desbravados em *Historias da nossa terra*.

UMA VIAGEM ATRAVÉS DO BRASIL POR MEIO DE CONTOS EXEMPLARES E CARTAS.

O livro estruturava-se ainda por meio de 18 contos exemplares e oito cartas. Os textos, embora incluíssem enredos secundários, como a pobreza, o abandono, a resiliência em face das adversidades, cada um tematizava parte de uma longa viagem através do território nacional. A viagem tem início a partir de uma excursão escolar no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, conduzida pelo mestre e diretor da escola e protagonizada pelo menino Anthero. Com a finalidade de relatar suas impressões, ele escreve uma carta endereçada a seu pai. Nela, discorre sobre a natureza selvagem transformada em civilização pelas mãos do homem, conforme lhe contara o diretor: o Pão de Açúcar, a Escola Militar²¹ – guardião da defesa da

²¹ Em 09 de março de 1889 foi assinado o Decreto Imperial nº 10. 202, criando o Imperial Colégio Militar da Corte e aprovando o seu regulamento (Decreto Imperial n. 10.2020 de 1889).

pátria- os Institutos dos Cegos²², dos Surdos-Mudos²³, o Instituto Pasteur²⁴. Importava realçar que velhos, crianças e enfermos, em especial, receberiam os benefícios derivados das ações realizadas no âmbito das legitimadas instituições ali realçadas, fosse pela defesa da pátria fosse pela assistência sanitária à população. Rio de Janeiro, capital da República brasileira, simbolizava aos olhos do narrador e demais personagens ali descritos a pujança do trabalho humano à luz das ciências e das artes. Não por acaso, a viagem para o reconhecimento do vasto território nacional começava por ela.

Contudo, a viagem não dizia respeito apenas a uma exaltação contemplativa da riqueza e belezas naturais da terra, importava conhecer e explorar o território marcado por um novo século, em vias de se celebrar o centenário da independência do Brasil. A língua, a geografia, a literatura, a história, baseada nos heróis e nos grandes eventos, eram, então, redimensionadas, com vistas a se reescrever a história do novo país sob o regime republicano. Tratava-se de ser e escrever uma história onde predominasse uma narrativa, segundo a qual a independência e a emancipação do povo brasileiro fossem plenamente alcançadas no âmbito do regime republicano. No entanto, convém assinalar que a República instituíra uma ruptura de regime político. A busca de uma identidade coletiva para o país e o projeto de construção da nação devem ser compreendidos com nuances advindas do regime imperial. Todos esses elementos denotam, portanto, um sóbrio e gradual processo de emancipação. Tendo em vista esse projeto no horizonte, o leitor de *Historias da nossa terra* aportava nas demais cidades brasileiras.

O próximo porto que merece nota se localiza em Vitória, Espírito Santo. Ao fundo da cena, dois estudantes sentam-se ao lado de uma pobre cega e discorrem sobre fatos memoráveis relacionados à História do Brasil. A tópica da civilização versus a barbárie é recorrente. Necessário, segundo o narrador, que os portugueses chegassem ao Brasil e trouxessem a civilização aos índios, descritos como ‘sanguinários’, ‘selvagens’, ‘nômades’, visto não cultivarem o apego aos lugares habitados. O panteão dos heróis civilizadores devia ser lembrado como monumento: Pedro Álvares Cabral, Pero Vaz de Caminha, Frei Henrique de Coimbra. Como frase de efeito moral a se memorizar, sublinhavam: “A civilização adoça o caráter e torna os homens bons” (Almeida, 1911, p. 27).

²² No dia 17 de setembro de 1854 foi inaugurado na rua do Lazareto, n. 3, do bairro da Gamboa, Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Em 1891, mudou para o prédio de estilo neoclássico localizado na antiga Praia da Saudade, hoje Praia Vermelha e mudou o nome para Instituto Benjamin Constant. Conferir: (Instituto Benjamin Constant, 2020).

²³ O Imperial Instituto de Surdos-Mudos foi criado pela lei nº 839 de 26 de setembro de 1857 e renomeado Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES a partir do advento da República. Cf: (Lei nº 839, 1857).

²⁴ Instituto Pasteur, criado em 1888 no Rio de Janeiro, tinha como função a fabricação do soro antirrábico. Cf. em Porto, Sanglard, Fonseca e Costa (2008).

A viagem, no entanto, transcorre por deslocamentos abruptos, sem que se percorra um trajeto previsível. No conto *O grumete*, por exemplo, acompanha-se a aventura do menino paraense Manoel, órfão de pai, cuja maior façanha é embarcar no vapor Tocantins em busca de trabalho para sustentar a mãe e a irmã doente. A autora lança mão de curioso recurso híbrido, ao cruzar fatos da narrativa histórica relativa ao país contada por um velho paralítico e a narrativa ficcional protagonizada por Manoel, alçado a herói por salvar o velho de uma tempestade que se abatera sobre o vapor Tocantins. Recompensado financeiramente pelo feito, pôde, ao fim e ao cabo, retornar transformado ao Pará.

Convém observar o modo como Julia Lopes de Almeida recupera neste conto e em alguns outros²⁵ que compõem *Historias da nossa terra* a estrutura dos romances de formação: *bildungsroman*. O romance de formação designa o tipo de romance em que é narrado, de maneira pormenorizada, o processo de desenvolvimento físico, moral, social, político de um personagem, em geral, desde o período da infância até a maturidade²⁶. Ele sofre todo tipo de provação, mas, em consequência das dificuldades enfrentadas, amadurece²⁷. Uma interpretação sugerida pela leitura do conjunto dessa obra remete ao desenvolvimento não apenas do personagem Manoel, mas às transformações geográficas, sociais e políticas ocorridas ao longo da constituição da nação brasileira. Não por acaso, liam-se, na primeira década do século XX, diagnósticos os mais diversos referidos ao Brasil como um projeto em construção. Frente a adversidades de toda ordem, poderia, em breve, se transformar com efeito em uma nação republicana. Em uma palavra, o país se transformaria e alcançaria o progresso, assim como o personagem descrito em *O Grumete* e em outras histórias narradas por Julia Lopes de Almeida em *Historias da nossa terra*.

Com vistas a se erguer a nação republicana de maneira pujante, importava defender a construção da unidade nacional. Concordamos com Carvalho, quando aponta a emergência do tema da nacionalidade por meio do romance *O guarani*, de José de Alencar, em 1857, cujo enredo tematiza a união simbólica entre uma jovem loura portuguesa e um índio. Inscrevia-se, na narrativa, a união de duas raças e as “[...] bases de uma comunidade nacional com identidade própria” (Carvalho, 1990, p. 23). Entretanto, no período republicano ainda estamos diante de um projeto difícil de se levar a cabo, sobretudo em razão da vasta extensão territorial do país. Assim, pode-se compreender melhor a inserção do conto *O sino de ouro* nesse

²⁵ Estrutura semelhante pode ser observada em *O Tesouro*, *Aventuras de Rosinha*, *O preto velho*, *Amor da pátria*, *Depois da Batalha*, *Coragem*, *A fábrica* e *Antes morrer de fome*. Todas as citações referem-se à edição de 1911 utilizada neste estudo.

²⁶ *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, romance do escritor Johann Wolfgang von Goethe é considerado o marco inicial do *Bildungsroman*. Conferir em Silva (1979).

²⁷ Conferir também no prefácio escrito por Marisa Lajolo, no qual discorre sobre esse tipo de estrutura do romance em *Através do Brasil*, lançado por Olavo Bilac e Manoel Bomfim em 1910 (Bilac & Bomfim, 2000).

conjunto de textos que conformavam a obra²⁸. O leitor dessa vez deslocava-se para São Luiz do Maranhão, onde Maria Mathilde, representada como velha louca, ambicionava mandar construir uma torre alta, onde estaria um enorme sino de ouro. Nele seriam gravados com pedras preciosas o nome de todos os Estados brasileiros, como se fosse o “[...] coração do Brasil batendo” (Almeida, 1911, p. 69). Naquela narrativa ficcional, a unidade entre todos os Estados da federação poderia, talvez, ser alcançada, não fosse a prematura morte da narradora e o projeto esgarçado, refletido apenas como miragem no meio do céu.

Entretanto, conforme o projeto preliminar esboçado em *O sino de ouro*, o leitor é convidado a percorrer os demais Estados brasileiros. As aventuras e os episódios históricos são de modo recorrente entremeados aos contos, cujos enredos acentuam o sacrifício, a generosidade, as boas ações. Nesse ritmo, aporta-se em São Paulo, em Pernambuco, na Paraíba, no Paraná, em Minas Gerais, na Bahia, em Alagoas, no Ceará, em Sergipe, no Maranhão, no Rio Grande do Sul, no Rio Grande do Norte, no Amazonas, no Acre, em Goiás, em Mato Grosso. Em cada parada, ouve-se um conto exemplar, uma história. Nas histórias, narra-se concomitantemente a História do Brasil; um tipo peculiar de História do Brasil contada às crianças. Os vultos históricos, as guerras, os fatos históricos, os monumentos consagrados aos heróis da pátria constituem, por assim dizer, os eixos estruturantes da narrativa, da viagem simbólica e patriótica empreendida pelo leitor através do Brasil.

O conto intitulado *Uma pergunta* consiste em uma interessante ilustração do modo de se construir as narrativas entrecruzadas pela autora. Tendo percorrido o país de norte a sul, o leitor acompanha nessa parte duas crianças frente ao desafio de escrever uma composição de natureza histórica, que abordasse o acontecimento protagonizado pelo personagem mais marcante da História do Brasil. As crianças oscilam diante dos inúmeros fatos que consideram memoráveis: o descobrimento do Brasil e os descobridores; a abnegação dos jesuítas combatendo a antropofagia, civilizando, morrendo por suas ideias; a bravura do bispo dom Pero Fernandes Sardinha, devorado pelos índios caetés; padre Antonio Vieira e os seus sermões ou seus relatos sobre política, administração, diplomacia; o episódio da proclamação da República, com ênfase no papel do marechal Deodoro da Fonseca e o 15 de novembro de 1889, quando, enfim, instaura-se a República, e na visão do narrador, “[...] o verdadeiro governo de todo o povo” (Almeida, 1911, p. 157). Por último, as crianças recorrem ao conselho materno, que os orienta para a dissertação dos feitos de honra e paz ao contrário da violência das guerras. Como bons alunos antes de tudo e orientados pela moderna pedagogia maternal, escolheram dissertar sobre a alternativa pacifista.

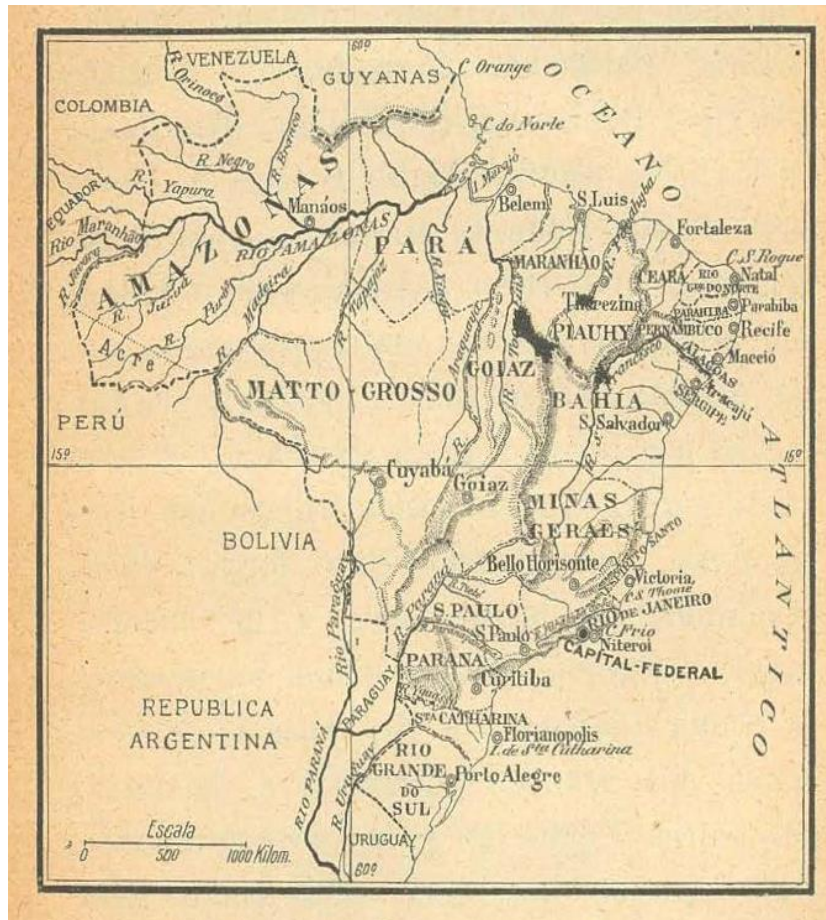
²⁸ Note-se que *O sino de ouro* (conto para crianças) foi primeiro publicado separadamente em *O Paiz* e só mais tarde, em 1907, comporia o livro *Historias da nossa terra*. Conferir: em *O Paiz* (1904).

Quanto ao fecho de *Historias da nossa terra*, o leitor percorre, dessa vez, um longo conto, organizado em dez partes. Ele não transcorre em um Estado brasileiro específico. No âmbito do projeto da obra, importa compreendê-lo como a síntese da unidade dos Estados; a representação do território nacional. Trata-se de *O gigante brasileiro*. Julia Lopes de Almeida já publicara as seções do conto em *O Paiz*, como se pode ler nas edições de 27 e de 28 de fevereiro de 1897 (*O Paiz*, 1897a, 1897b). Ele é integrado aos demais textos que compõem *Historias da nossa terra* tempos depois, vindo o livro a lume em 1907, quando de sua publicação pela livraria e editora Francisco Alves.

Na história, Tia Michaela dormia. Contudo, é acordada por uma voz misteriosa que a desperta. Na porta de sua casa encontra um recém-nascido em cujo pescoço está escrito: “Chamo-me Vasco e sou filho do Gigante Brasileiro”. Naquela região corria uma lenda sobre a existência de um gigante, chamado pelo povo de Gigante Brasileiro. Ainda segundo a lenda, o gigante seria dono de todas as terras. Aos 14 anos, tendo morrido Michaela, Vasco parte em busca do gigante, que diziam ser seu pai.

Não se pode deixar de se assinalar a escolha do nome do protagonista Vasco. Ele tem um significado simbólico no âmbito do projeto da obra, uma vez que remete a Vasco da Gama, vulto histórico associado à expansão marítima europeia, às grandes navegações e à expansão das atividades comerciais pelos colonizadores europeus entre os séculos XV e XVII. Segundo essa chave interpretativa, é possível compreender o esforço do menino Vasco que parte em busca do Gigante Brasileiro: Vasco, o menino desbravador de terras desconhecidas. Uma vez mais, a autora mobiliza o modelo narrativo do romance de formação, com vistas a bem construir a narrativa e o personagem. Note-se que, ao longo da viagem ao encontro do gigante, o menino enfrenta animais selvagens: jacarés, cobras, onças. Ouve as mais diferentes versões sobre a existência de Brasileiro. Enfrenta privações. No entanto, supera todas as adversidades ao longo da difícil viagem. Ao chegar em uma casa em um ermo vilarejo, onde 20 meninos liam diante de um mestre, “[...] aquele que tudo sabe” (Almeida, 1911, p. 218), é informado tratar-se de uma lenda: a lenda do “Gigante Brasileiro - nome que o povo deu ao nosso país” (Almeida, 1911, p. 219), conforme a figura 3 apresentada abaixo. E nas palavras do mestre

O Gigante Brasileiro é tudo isto: estas montanhas enormes; que são o seu dorso; estas árvores altíssimas, que são os seus músculos; estes rios e mares, que são as suas fertilíssimas veias; este aroma de seiva, que é o seu hálito, e as rochas duras, que são os seus ossos; e mais as noites estreladas que são os seus sonhos! (Almeida, 1911, p.219-220).



Fotografia 3 - Alusão ao Gigante Brasilão.
Fonte: Almeida (1911, p. 221).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O gigante *Brasilão* consiste, portanto, em parte fundamental da arquitetura da obra para dar forma ao projeto cívico e patriótico, tecido nas páginas de *Historias da nossa terra*. Tratava-se da visão grandiosa fornecida pelo mito de origem da nação brasileira redescoberta por Vasco: o território brasileiro, com fronteiras, mares, montanhas, tudo bem delimitado - síntese da identidade nacional. A ela somava-se a função de ensinar ao leitor de *Historias da nossa terra* a cartilha do nacionalismo, pela exaltação à flora – “[...] árvores altíssimas como músculos [...]” - e à geografia – “[...] rios e mares como veias [...]”; “[...] montanhas enormes como dorso [...]”; “[...] rochas duras como ossos” (Almeida, 1911, p. 219-220). Por meio da retórica ufanista, esperava-se, pois, consolidar um conjunto coerente de crenças e tradições em torno do que deveria ser considerada a nação redescoberta, privilegiando-se heróis, terras e episódios em um trabalho de consagração que respondia às necessidades daquele presente, as primeiras décadas do Brasil republicano.

Julia Lopes de Almeida destacou-se na historiografia da imprensa feminina brasileira por sua diversificada atuação na cultura letrada, notadamente nas primeiras décadas do Brasil republicano. Escreveu artigos, contos, romances, peças teatrais, crônicas e livros escolares de leitura. No âmbito de seu projeto intelectual, *Historias da nossa terra* ilustra com propriedade o investimento em educação pelas letras por parte da escritora. No livro, ela foi capaz, por um lado, de mobilizar os panteões cívicos da República brasileira por meio de símbolos como a bandeira nacional, a língua pátria; por outro, facultou às crianças leitoras uma viagem através do Brasil em busca de sua identidade republicana por intermédio de exercícios de composição, contos exemplares e cartas. Como enfatizava o historiador Curvello de Mendonça, em sua coluna crítica sobre a recepção da obra didática veiculada em *O Paiz* em 1907, os gêneros que compunham o livro foram escritos de modo “[...] sereno e forte, capazes de fazer a nomeada de um escritor” (coluna 1). Neste sentido, é necessário sublinhar que a escritora integrou o projeto escriturário de reconhecimento do Brasil por meio de livros escolares de leitura, tais como *Coração* e *Através do Brasil*, os quais, conforme os estudos em história da educação e em história cultural têm demonstrado, contribuíram para a construção cívica e patriótica da nação brasileira, notadamente mobilizada pela circulação de impressos.

REFERÊNCIAS

- Almeida, J. L. (1911). *Historias da nossa terra* (6a ed. rev. e aum.). Rio de Janeiro, RJ: Editora Francisco Alves.
- Amicis, E. (1954). *Coração* (46a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Livraria Francisco Alves.
- Anderson, B. (2008). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. (2018, 23 de novembro). Coleção Prefeitura do Distrito Federal. Série Instrução Pública. Códice 33.4.20, p. 58.
- Artur Azevedo: biografia*. (2020). Recuperado de: <http://www.academia.org.br/academicos/artur-azevedo/biografia>
- Batista, A. A. G., Galvão, A. M. O., & Klinke, K. (2002). Livros escolares de leitura: uma morfologia (1896-1956). *Revista Brasileira de Educação*, 20, 2-47.
- Barbosa, M. (2010). *História cultural da imprensa no Brasil – 1800-1900*. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X.

- Bastos, M. H. C. (2008). A educação do caráter nacional: leituras de formação. *Educação e Filosofia*, 12(23), 31-50
- Bilac, O., & Bomfim, M. (2000). *Através do Brasil* (Marisa Lajolo, org.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Bilac, O., & Bomfim, M. (1931). *Atravez do Brazil: livro de leitura para o curso médio das escolas primarias* (22a ed. rev.) Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves.
- Blake, S. (1883-1902). *Diccionario bibliographico brasileiro* (Vol. 6). Rio de Janeiro, RJ: Typ. Nacional.
- Botelho, A. (2002). *Aprendizado do Brasil: a nação em busca dos seus portadores sociais*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Bragança, A. (2000). A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil. In M. Abreu (Org.), *Leitura, história e história da leitura* (p. 451-476). Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Carvalho, J. M. (1990). *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Chervel, A. (1998). História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, 1(2), 177-229.
- Choppin, A. (2004). História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, 30(3), 549-566.
- Choppin, A. (2002). O historiador e o livro escolar. *História da Educação*, 6(11), 5-24.
- Decreto Imperial nº 10.202, de 9 de março de 1889*. Recuperado de: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10202-9-marco-1889-542443-publicacaooriginal-51422-pe.html>
- Escolano, A. (2012). El manual como texto. *Pro-posições*, 23(3), 33-50.
- Forquin, J. C. (1992). Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. *Teoria & Educação*, 5, 28-49
- Gomes, A. C. (2016). Aventuras e desventuras de uma autora e editora portuguesa: Ana de Castro Osório e suas viagens ao Brasil. In A. C. Gomes & P. S. Hansen

- (Orgs.), *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política* (p. 92-120). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira,
- Guimarães, M. L. S. (2011). *Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ.
- Hallewel, L. (2012). *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo.
- Instituto Benjamin Constant. (2020). Recuperado de: [http://www. ibc.gov.br](http://www.ibc.gov.br)
- Julia, D. (2001). A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, 1, 9-44.
- Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857. Recuperado de: <http://helb.org.br>
- Magaldi, A. M. M. (2007). *Lições de casa: discursos pedagógicos destinados à família no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm.
- Mendonça, L. (1897). As três Julias. *Almanaque Brasileiro*, 246-249.
- Muzart, Z. L. (Org.). (2015). *Escritoras brasileiras do século XIX*, I e II. Florianópolis, SC: Editora Mulheres.
- O Paiz. (1897, 27 de fevereiro). Edição 04530, p. 2.
- O Paiz. (1897, 28 de fevereiro). Edição 04531, p. 2.
- O Paiz. (1904, 22 de julho). Edição 07227(1), p. 1.
- O Paiz. (1907, 12 de junho). Edição 08287(1), p. 2.
- Pimenta, H. H., & Somoza, M. (2012). Apresentação do dossiê Manuais escolares: múltiplas facetas de um objeto cultural. In Dossiê manuais escolares: múltiplas facetas de um objeto cultural. *Pro-posições*, 23(3).
- Porto, A., Sanglard, G., Fonseca, M. R. F., & Costa, R. G. R. (2008). *História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz.
- Schumacher, S., & Brasil, E. V. (Orgs.). (2000). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1.500 até a atualidade*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

Silva, M. C., & Pinto, M. S. (2018). Discursos em disputa sobre a Bibliotheca Infantil em *O Paiz* (1894-1899). *Revista Educação em Questão*, 56(47), 221-243.

Silva, V. M. A. (1979). *Teoria da literatura*. Lisboa, PT: Almedina.

Sirinelli, J. F. (2003). Os intelectuais. In R. Rémond. *Por uma história política* (p. 231-269). Rio de Janeiro, RJ: FGV.

Sociedade Brasileira de História da Educação [SBHE]. (2020). Recuperado de: <http://www.sbhe.org.br>

Stasio, A., Faedrich, A., & Ribeiro, M. V. (Orgs.). (2016). *Dois dedos de prosa: o cotidiano carioca por Júlia Lopes de Almeida* (Cadernos da Biblioteca Nacional). Rio de Janeiro, RJ: FBN.

Vidal, D. G. (2005). *Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas, SP: Autores Associados.

Vidal, D. G. (2004). Julia Lopes de Almeida e a educação brasileira no fim do século XIX: um estudo sobre o livro escolar *Contos Infantis*. *Revista Portuguesa de Educação*, 17(001), 29-45.

Viñao Frago, A. (1995). Historia de la educación e historia cultural. *Revista Brasileira de Educação*, 1(0), 63-82.

MÁRCIA CABRAL DA SILVA é professora titular e pesquisadora procientista na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde atua no curso de Graduação em Pedagogia e Pós-graduação em Educação. Entre suas principais publicações, destacam-se os livros *Memórias de Leitura, Docência e Pesquisa* (CRV, 2020), *Leitura, Pesquisa e Ensino* (EdUERJ, 2013) e *Uma história na formação do leitor no Brasil* (EdUERJ, 2009).

E-mail: marciacs.uerj@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8748-5893>

Recebido em: 15.06.2020

Aprovado em: 26.06.2020

Como citar este artigo: Silva, M. C. "Historias da nossa terra": sobre o projeto cívico de construção da nação brasileira por meio do impresso. (2020). *Revista Brasileira de História da Educação*, 20. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e128>

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).